

A forma como decorreu a Assembleia Geral que, sob a prestigiosa presidência do Eng. Mamede Fialho, se realizou no último dia de Junho do ano corrente reflectiu claramente a mentalidade de uma Classe que, mercê do seu nível moral e cultural, ocupa de pleno direito uma das posições cimeiras na sociedade portuguesa.

O ambiente de boa camaradagem, francamente amistoso, colaborante e digno em que se efectuou essa reunião, a objectividade e sentido prático das intervenções sempre formuladas com inexcepcional correccção, honram sobremaneira uma Classe que, a despeito do seu permanente contacto com as duras realidades da vida, não perde as suas virtudes humanas indispensáveis ao exercício equilibrado de uma profissão forçosamente influenciada pela implacável frieza dos números. Com serenidade e de ânimo igual foram apreendidos todos os capitulos do Relatório em que se espelham todos os aspectos da vida associativa no ano findo, fazendo-se sugestões úteis e tomando-se as decisões mais indicadas para a prossecução da obra em curso.

Essas três horas de convívio com colegas procedentes dos quatro pontos cardeais do País para analisar e aprovar ou condenar os actos administrativos do seu Conselho Geral ao longo de 1966 constituíram afinal a melhor compensação para aqueles que, no cumprimento dum mandato, dedicaram aos problemas da Ordem um esforço desinteressado, pondo ao serviço do seu engrandecimento o melhor das suas faculdades. Bem hajam todos os que tão compreensiva e generosamente souberam premiar aquele esforço com o seu estimulante aplauso. Este nos animará a prosseguir no caminho iniciado, zelando os interesses da Classe, que todos desejam forte, una e indivizível.

Elegeu a Assembleia Geral o novo elenco que, durante três anos, constituirá o Conselho Geral, ao qual compete orientar os destinos desta Casa. Neste render de guarda, é com grande mágoa que vemos afastarem-se colegas que bem mereceram a nossa estima e a cuja dedicação ficou vinculado o notável progresso da Ordem dos Engenheiros.

Que o seu exemplo inspire o novo Conselho é decerto o desejo de todos nós para que não haja solução de continuidade numa acção que já deu bons frutos.

A este breve comentário sobre a última Assembleia Geral deseja, quem escreve estas linhas, acrescentar a expressão sincera do seu mais reconhecido agradecimento pela preciosa colaboração que lhe foi prestada no triénio que findou, não só pelos seus colegas do Conselho Geral e dos Corpos Directivos das Secções Regionais mas também por toda a Classe.

Só essa colaboração lhe permitiu actuar com alguma eficiência.

★

Cumpra ainda ao autor deste Editorial manifestar um sentimento muito profundo de gratidão pela nova prova de confiança que os seus colegas acabam de dar-lhe reconduzindo-o no honroso cargo de Bastonário para o próximo triénio, o que não pode deixar de tomar como expressão de concordância com a orientação imprimida aos assuntos da Ordem. É ainda sob a influência da emoção que lhe causou este facto e extremamente sensibilizado por se sentir apoiado de forma tão eloquente que vai iniciar o novo período do seu mandato. Oxalá o futuro se encarregue de demonstrar que mereceu a decisão da Classe quem não se poupará a esforços para a justificar.

Fica-lhe, porém, a preocupação, que por mais de uma vez já exteriorizou, de que a escolha de alguém mais novo e mais dinâmico para arcar com a grande responsabilidade da presidência da nossa Ordem tivesse sido preferível.

De facto é já longo o caminho andado desde a fundação deste Organismo, que se converteu num poderoso núcleo de irradiação de desenvolvimento, graças à eficiente actividade dos seus membros. O próprio País reconheceu já quanto o seu progresso deve aos seus engenheiros, chamando-os aos mais altos postos da Administração Pública e Privada, onde eles têm afirmado a sua competência e indiscutível utilidade.

A execução do III Plano de Fomento, cuja elaboração exigiu a colaboração de tão elevado número de membros da grande família dos engenheiros, vai impor a nossa intervenção mais activa e dedicada para que o espaço português atinja o grau de prosperidade a que tem direito, pela inteligente valorização dos seus recursos e para melhoria das condições de vida de todos os portugueses metropolitanos e ultramarinos. Para tanto, é de esperar uma actividade intensa da nossa Ordem, para não desmerecer do conceito em que é geralmente tida. «Noblesse oblige».

Mas, nesta Casa há ainda importantíssimos problemas a resolver que, embora em bom caminho de solução, não podem ser, de forma alguma, descuidados: a construção da nova sede, a extensão da Ordem ao Ultramar, a Caixa de Previdência, a situação dos diplomados pelos Institutos Industriais, para não falar senão nos mais prementes.

Este último, em particular, necessita que se encare corajosa e decididamente, tais os prejuizos que a sua não resolução acarreta ao esforço da industrialização que se está processando em todo o espaço português. Não pode, de facto, conceber-se tal industrialização só com dirigentes de nível universitário, quando as outras posições de comando se encontram desguarnecidas.

Há que resolver a situação com bom senso, sentido das realidades e justiça. Não falta à Classe nenhuma destas qualidades, nem competência para se pronunciar a respeito de tão momentoso assunto, cujas implicações económicas e sociais não necessitam de ser encarecidas, dada a sua evidência.

O problema, como se sabe, não é especificamente português, pois, com maior ou menor acuidade e variantes diversas, preocupa também os outros países, encontrando-se em estudo na F. E. A. N. I./E. U. S. E. C., de onde se espera que venha uma orientação que, tendo em conta as realidades, permita escolher o caminho mais indicado. Não faz sentido, de facto, que, entre nós, se continue a verificar o insólito fenómeno de, por cada quatro ou cinco engenheiros universitários que saem das escolas, se forme apenas um diplomado dos Institutos Industriais. Esta anomalia, com tendência a agravar-se, coloca-nos na posição inversa da dos países mais desenvolvidos e põe em sério risco um surto de industrialização que, em face do rumo que leva o Mundo em que vivemos, bem se pode classificar de esforço de sobrevivência. Acresce que, em tais circunstâncias, a própria execução do III Plano de Fomento encontrará dificuldades quase intransponíveis.

Na verdade, as Classes dos engenheiros universitários e dos diplomados pelos Institutos Industriais têm de coexistir em estreita colaboração na vida prática porque, longe de serem concorrentes, tem que, pelo contrário, reconhecer-se a sua complementaridade.

Há, portanto, que encarar a sério um problema que se arrasta há longos anos, num ambiente de melindres e mal-entendidos que, social e economicamente, só traz prejuizos ao País.

E o interesse do País, que é o de todos, tem de sobrepor-se a qualquer outro, ditando a linha de conduta que for mais justa.